



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

**SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL: EXERCÍCIO PROFISSIONAL E ADOECIMENTO
MENTAL DE ASSISTENTES SOCIAIS**

FERNANDA HOEPPERS DE ARAUJO¹

MARISA CAMARGO²

HELDER HÉLDER BOSKA DE MORAES SARMENTO³

CARLA MARINA DA SILVA⁴

RESUMO

O presente artigo trata sobre o tema saúde mental e exercício profissional em Serviço Social. Tem como objetivo geral explicitar a relação entre o exercício profissional e o adoecimento mental de assistentes sociais, tendo em vista contribuir na identificação de estratégias de prevenção e enfrentamento. Trata-se de uma revisão teórica atrelada à pesquisa com enfoque misto, baseada em pesquisa bibliográfica e de campo, fundamentada no método dialético.

Palavras-chave: Serviço Social; saúde mental; exercício profissional.

ABSTRACT

This article deals with the topic of mental health and professional practice in Social Work. Its general objective is to explain the relationship between professional practice and mental illness among social workers, with a view to contributing to the identification of prevention and coping strategies. This is a theoretical review linked to research with a mixed approach, based on bibliographic and field research, grounded in the dialectical method.

Keywords: Social Work; mental health; professional practice.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina

² Universidade Federal de Santa Catarina

³ Universidade Federal de Santa Catarina

⁴ Universidade Federal de Santa Catarina



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo trata sobre o tema saúde mental e o exercício profissional em Serviço Social. Compõe o conjunto dos demais estudos em desenvolvimento pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (GEPSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculando-se à linha de pesquisa “Exercício profissional na contemporaneidade”, para a qual um grupo de professores (as) e estudantes de graduação e pós-graduação vem se dedicando ao estudo e à pesquisa, contando com participantes de outras universidades⁵ da Região Sul do País, interessados (as) na temática. Para tanto, nesse contexto, trabalham-se as categorias temáticas da pesquisa, a partir da revisão teórica sobre o tema.

A inserção de novas tecnologias no mundo do trabalho, organizadas e geridas nos moldes da sociedade capitalista, especialmente, as utilizadas para a elevação da produtividade, reduzindo mão de obra, num contexto recessivo, tem modificado as formas de trabalho e das relações sociais e influenciado na estrutura física e emocional dos (as) trabalhadores (as). Nos tempos modernos, o capitalismo, como sistema de metabolismo social do capital, vivencia uma fase de expansão veementemente marcada pelos processos de financeirização da economia, reestruturação da produção, transformações no mundo do trabalho e reorganização do Estado para responder às necessidades de formação das relações sociais capitalistas (Andrade *et al.*, 2023). Como bem pontuado por Raichelis (2017), também tem destaque a tensão posta na defesa dos direitos sociais universais e a mercantilização e refilantropização do atendimento às necessidades sociais, com efetivas implicações nas condições e relações de trabalho de assistentes sociais.

Com o agravamento das expressões da questão social e as respostas do Estado para enfrentá-las, considerando-se que a política neoliberal o desresponsabiliza do atendimento às necessidades sociais, repassando, muitas vezes, a execução dessa função precípua às organizações sociais, o processo de trabalho vincula-se, cada vez mais, ao processo saúde-doença, constituindo-se como fonte de adoecimento físico e mental. Nesse contexto, são apontadas como causas de sofrimento de assistentes sociais, situações envolvendo assédio moral nas instituições, além de referências ao esgotamento profissional e quadros depressivos.

⁵ A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) do Rio Grande do Sul (RS) e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) do Paraná (PR) são parcerias da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na execução da pesquisa intitulada “Serviço Social e saúde mental: exercício profissional e adoecimento mental no século XXI”. Trata-se de uma pesquisa com enfoque misto, baseada em pesquisa bibliográfica e de campo, fundamentada no método dialético e suas categorias.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Vale destacar que, sendo o/a assistente social classe trabalhadora, o trabalho coloca-se como principal eixo organizador da sua vida social.

O artigo encontra-se organizado em outras duas partes, além desta introdução. A segunda parte diz respeito à discussão sobre o exercício profissional em Serviço Social e adoecimento mental de assistentes sociais. Por fim, na terceira e última parte apresentam-se as considerações finais com algumas problematizações relacionadas à temática, seguidas pelas referências bibliográficas.

2. EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E ADOECIMENTO MENTAL DE ASSISTENTES SOCIAIS

Significativas transformações societárias e no mundo do trabalho marcaram o último quartel do século XX e início do século XXI nas sociedades capitalistas. Na condição de relação social histórica e contraditória que orienta a dinâmica e a inteligibilidade da vida social, o capitalismo⁶ apresenta movimentos cíclicos de crise e reconfiguração no decorrer do processo histórico, a exemplo do final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX. A eclosão da denominada crise mundial do capitalismo deveu-se ao esgotamento do referencial teórico *Keynesiano*⁷ de formulação das políticas econômicas e sociais e à saturação do modo de gestão e organização do trabalho *taylorista*⁸-*fordista*⁹. Para Dejours (1992, p. 26) “por organização do trabalho designamos a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa (na medida em que ele dela deriva), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidades etc.”. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva emergiram como condições necessárias à retomada do padrão de acumulação capitalista, com significativos impactos ao mundo do trabalho. Segundo a abordagem estrutural marxista, “o neoliberalismo é definido como estratégia política que visa reforçar uma hegemonia de classe e expandi-la globalmente, marcando o novo estágio do capitalismo que surgiu na esteira da crise estrutural da década de 1970” (Andrade, 2029, p. 221).

⁶ Relação social histórica e contraditória entre a burguesia (capitalista detentor da propriedade privada dos meios de produção) e o proletariado (trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho em troca de salário), com o objetivo de obter lucro através da apropriação do excedente de trabalho ou mais-valia (Camargo, 2009).

⁷ De autoria do economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946), que tratava sobre a relação entre o Estado e o conjunto das atividades econômicas de um país (Sandroni, 2003; Camargo, 2009).

⁸ Em referência ao engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor, considerado “pai” da Administração Científica, responsável pela criação de um conjunto de teorias voltadas ao aumento da produtividade do trabalho fabril (Sandroni, 2003; Camargo, 2009).

⁹ Em referência ao empresário norte-americano Henry Ford, pioneiro na indústria automobilística que inovou introduziu a linha de montagem na fabricação em série de automóveis (Sandroni, 2003; Camargo, 2009).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Desde 1973, nós tivemos uma crise estrutural muito profunda no capitalismo e a classe trabalhadora vem sendo afetada de modo intenso. Aquele período foi marcado pela crise do chamado binômio taylorismo-fordismo [...], ainda que, na epiderme dessa crise, nós tivéssemos um problema muito mais complicado de esgotamento de um símbolo expansionista do capital. Nessa crise de 1973, que marcou num plano mais fenomênico da economia, tínhamos um esgotamento de um símbolo expansionista do capital. Essa crise teve um tripé e foi profundamente destrutiva em relação às forças sociais do trabalho, em particular à classe trabalhadora. Ela começou com a reestruturação produtiva de amplitude global, que, de certo modo, configura-se até os dias atuais, ainda que desigual dada à natureza diferenciada de países como a China, o Brasil, os Estados Unidos, a Alemanha, o Japão, o México, o Haiti e a África do Sul. São países bastante distintos, ainda que compreendam esse mundo globalizado do capital. Paralelamente a essa estruturação produtiva, houve a vitória política de um projeto que representou um grande retrocesso, que foi o neoliberalismo. Foi devastador para os sindicatos e a classe trabalhadora, uma vez que seu modus operandi principal era caminhar para a privatização de tudo o que pudesse ser privatizado, pela destruição de tudo que fosse público e que não fosse passível a ser privatizado. Nesse tripé, havia um terceiro elemento, que, de algum modo, enfeixava aos outros dois, que foi a financeirização da economia. Em relação ao trabalho, essas mudanças tinham um objetivo muito claro: a corrosão dos direitos do trabalho, convertendo o trabalho num custo. E o que o capital faz quando os custos se excedem? Corta-os (ANTUNES, 2016, s. p.).

Como repercussão da crise mundial do capitalismo, na década posterior, registram-se profundas transformações nas formas de inserção na matriz produtiva, representação sindical e política, atingindo não apenas a materialidade, mas, a subjetividade da classe trabalhadora¹⁰. A automação, a robótica e a microeletrônica invadem o âmbito fabril, sendo introduzidas e desenvolvidas nas relações de trabalho e produção do capital. Uma múltipla processualidade se desencadeia no mundo do trabalho: a) desproletarização: diminuição da classe operária industrial tradicional; b) expansão assalariamento no setor de serviços; c) heterogeneização: crescente incorporação do contingente feminino; e d) subproletarização: expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, precário, etc. (Antunes, 1998).

Antunes (2013) propõe o desafio de se entender o mosaico de formas que configuram a classe trabalhadora contemporânea, considerando sua heterogeneidade e seu caráter polissêmico e multifacetado. Nessa perspectiva, o autor indica a tendência à redução do proletariado industrial, estável e especializado, diante da expansão do trabalho temporário e em tempo parcial num modelo produtivo assentado na integração tecnológica informacional, na desconcentração do espaço produtivo e na horizontalização da produção. A finalidade de tais mudanças seria controlar

¹⁰ Totalidade dos assalariados, os que vivem da venda da força de trabalho, classe que vive do trabalho, despossuída dos meios de produção (Alves; Antunes, 2004).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a subjetividade de quem trabalha com um discurso de envolvimento que na essência preserva as condições de trabalho alienado e estranhado.

A heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora e expansão do desemprego estrutural, não permitem concluir pela perda da centralidade do trabalho no universo de uma sociedade produtora de mercadorias (Antunes; 1998; Camargo, 2009). Portanto, “[...] em vez do fim do trabalho na era digital, estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital. Em pleno século XXI” (Antunes, 2020, p. 32). Em vez disso, no atual contexto, marcado pela mundialização do capital, desregulamentação e liberalização da economia na égide das finanças e uberização, o capital assume a forma mais mistificada: a de capital fetiche. Sob esta condição, a relação social do capital consoma-se por meio da relação do dinheiro na forma jurídica do contrato, cuja execução pode ser imposta pelo Estado. Na versão dinheiro, o capital é emprestado sem cedência de propriedade, tampouco compra ou venda, sendo que parte do lucro ou mais valia é retirada da circulação sob a forma de juro distribuído entre pessoas diferentes (Iamamoto, 2008).

[...] Portanto, a “longa transformação” do capital chegou à era da financeirização e da mundialização em escala global, introduzindo uma nova divisão internacional do trabalho, que apresenta uma clara tendência, quer intensificando os níveis de precarização e informalidade, quer se direcionando à “intelectualização” do trabalho, especialmente nas TICs. Não raro, as duas tendências se mesclam e sofrem um processo de simbiose (Antunes, 2020, p. 32).

No contexto de aprofundamento da crise econômica e mobilização política na década de 80 do século XX no Brasil, ocorre também a ampliação do debate teórico fundamentado no marxismo tanto na saúde pública, quanto no processo de renovação do Serviço Social. O fato de constituir um processo de revisão interna no âmbito do Serviço Social dificultou o “[...] nexos direto com outros debates, também relevantes, que buscavam a construção de práticas democráticas, como o movimento pela Reforma Sanitária” (Bravo; Matos, 2006, p. 34). Tendo o processo de renovação da profissão partido da fundamentação e consolidação teórica no âmbito acadêmico das universidades, acabou tendo pouca incidência sobre a dimensão interventiva no cotidiano dos serviços adentrando a década seguinte com poucas significativas alterações da prática institucional, desarticulação com o movimento de Reforma Sanitária e insuficiente produção sobre as demandas postas ao trabalho no âmbito da saúde (Bravo; Matos, 2006; Camargo, 2009).

Sob o signo da privatização restringem-se as responsabilidades público-estatais e os recursos orçamentários destinados à atenção das necessidades sociais, desmontam-se direitos historicamente conquistados e radicalizam-se desigualdades sociais. Os pressupostos teóricos neoliberais adotados pelo Estado, destoantes do projeto ético-político profissional do Serviço Social e dos Movimentos de Reforma Sanitária e Psiquiátrica, consolidam-se a partir da metade da década de 90 do século XX, refletindo a articulação da saúde à lógica do mercado privado. Nesse ínterim firma-se como função do Estado a garantia mínima de condições de saúde àqueles que não dispunham de recursos para pagá-la, tornando-se prerrogativa do setor privado o atendimento dos demais (Bravo; Matos, 2006).

Não se tratava de um embate exclusivo à saúde, mas de certa crise generalizada no âmbito da garantia de políticas e direitos sociais por parte do Estado, tradicionalmente o maior empregador dos (as) assistentes sociais (Iamamoto, 2009). Na divisão sociotécnica do trabalho, os espaços sócio-ocupacionais do (a) assistente social têm lugar “no Estado – nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário –, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais” (Iamamoto, 2009, p. 06).

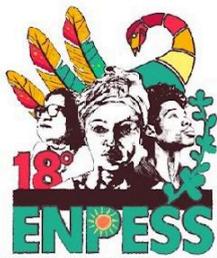
Esses distintos espaços são dotados de racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho, porquanto implicam relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais, que figuram como empregadores (o empresariado, o Estado, associações da sociedade civil e, especificamente, os trabalhadores). Elas condicionam o caráter do trabalho realizado (voltado ou não à lucratividade do capital), suas possibilidades e limites, assim como o significado social e efeitos na sociedade. Ora, as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza (Iamamoto, 2009, p. 06).

No âmbito da profissão, ao discorrer sobre o segundo¹¹ tempo fundamental da intenção de ruptura, terceiro¹² momento constitutivo do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, Netto (2005) destaca como pioneira a reflexão¹³ de Marilda Villela Iamamoto sobre um conjunto de categorias temáticas como: trabalho, visão social do trabalho, Serviço Social inscrito em processos de trabalho, etc.. No relatório preliminar de pesquisa sobre a avaliação da formação

¹¹ O primeiro tempo fundamental da intenção de ruptura refere-se ao Método Belo Horizonte (Método BH) (1972-1975) (Netto, 2005).

¹² Precedido pela perspectiva modernizadora (1965-1975) e a reatualização do conservadorismo (1975-1980) (Netto, 2005).

¹³ A partir da década de 80 do século XX.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

profissional do (a) assistente social brasileiro posteriormente ao novo¹⁴ currículo, promovida pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS¹⁵), a categoria trabalho emerge com um sentido de “[...] compreender o exercício profissional do Serviço Social como uma dimensão concreta do trabalho, como atividade humana que evidencia a própria forma de inserção do homem na vida social [...]” (ABESS, 1991, p. 140).

O compromisso da profissão com as classes trabalhadoras é reafirmado no Código de Ética Profissional (1986) e reformulações (1993). Este, aliado à Lei de Regulamentação da Profissão; às oficinas da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) (1995), sobre o delineamento do perfil profissional; e ao VIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) (1995), com ênfase na defesa da democracia, das políticas públicas e do enfrentamento à investida neoliberal, contribuíram no desencadeamento da revisão curricular promovido pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) (1993/1995), pelo Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), com apoio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (ABEPSS/CEDEPSS, 1996).

A problematização acerca da formação em Serviço Social culminou na elaboração do documento intitulado “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional de 1996: novos subsídios para o debate”. Por recomendação da XXIX Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) (1995) realizada em Recife, capital do Estado de Pernambuco (PE), as Diretrizes Curriculares e o projeto de formação profissional passam a ser orientados por três (03) núcleos temáticos de fundamentação, assim denominados: 1) teórico-metodológicos da vida social; 2) formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e, 3) trabalho profissional, sendo este, responsável pela compreensão do Serviço Social como uma especialização do trabalho social, inscrito na divisão sócio técnica do trabalho. Nessa perspectiva, a ‘prática profissional’ do (a) assistente social é afirmada como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho. Reconhece-se que as particularidades da profissão se fundamentam no âmbito do trabalho coletivo associado às demais categorias partícipes desse trabalho (Iamamoto, 2001).

Para Antunes (2004), o trabalho diz respeito ao processo que o *homem* estabelece com a natureza, a partir do qual este *homem*, através de sua própria ação, media, regula e controla seu

¹⁴ Currículo Mínimo (1982) aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE), no qual se redimensionou a formação acadêmica em Serviço Social, voltando-a para a realidade brasileira (Camargo, 2009).

¹⁵ Denominada atualmente Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

metabolismo com a natureza. Como criador de valores de uso ou trabalho socialmente útil, torna-se “[...] indispensável à existência do homem, – quaisquer que sejam as formas de sociedade, – é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana” (Marx, 1989, p. 50). Dessa forma, o trabalho compreende “a mobilização de capacidades e competências físicas e intelectuais humanas, tendo em vista, objetivos preestabelecidos” (Holzmann, 2011). É componente do processo de trabalho, que engloba “a) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; b) a matéria a que aplica o trabalho, o objeto de trabalho; c) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho” (Marx, 1989, p. 202). Ao final do processo de trabalho, obtêm-se resultados ou produtos “[...] valor de uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança da forma” [...] (Marx, 1974).

Em tempos de capital fetiche, é premente explicitar a lógica que antecede a abordagem analítica do trabalho, isto é, “[...] o significado do trabalho no processo de constituição do indivíduo social e na produção da vida material [...]” (Iamamoto, 2008, p. 339). A produção recente que tem o próprio Serviço Social como objeto de pesquisa centra-se na qualidade concreta e particular do trabalho, aspecto que demanda considerar a tensa relação entre a condição de trabalhador assalariado¹⁶ e o projeto ético-político profissional, dilema este que reside numa dupla dimensão. Por um lado, na relativa autonomia do (a) assistente social na condução da atividade profissional regulada, socialmente legitimada como ‘liberal’, condicionada pelas lutas hegemônicas inerentes ao modo de produção capitalista que ampliam ou reduzem as bases sociais que sustentam sua direção social e teleologia. Por outro, no fato de o exercício profissional se realizar pela mediação do trabalho assalariado, sob a forma de mercantilização da força de trabalho, subordinado aos ditames do trabalho abstrato e dilemas dos processos de alienação.

Na condição de trabalhador assalariado, o (a) assistente social vende sua força de trabalho especializado para os empregadores em troca de um equivalente expresso em uma forma monetária, intermediando as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais na linha de intersecção entre a esfera pública e a privada. Não obstante aos demais sujeitos da classe trabalhadora:

Na era da globalização, a fragmentação das atividades laborais, aliada à competitividade no mercado de trabalho e o medo do desemprego, induz o trabalhador a submeter-se a péssimas condições laborais, baixos salários, assédio moral e sexual, discriminação, carga

¹⁶ Iamamoto (2008) utiliza a expressão “estatuto assalariado” para descrever a condição de trabalhador assalariado do assistente social.

horária excessiva e acúmulo de funções para atingir metas propostas pelas empresas. Esses são fatores que contribuem para o surgimento de sintomas ansiosos e depressivos nos trabalhadores (Fernandes *et al.*, 2018, p. 278).

Um primeiro desafio nesse cenário é o rompimento das unilateralidades presentes nas interpretações enviesadas que concebem o trabalho do (a) assistente social tanto na perspectiva fatalista, superestimando “[...] a força e a lógica do comando do capital no processo de (re) produção, submergindo a possibilidade dos sujeitos de atribuírem direção às suas atividades” (Iamamoto, 2008, p. 417), quanto na perspectiva messiânica, deslocando a ênfase dos determinantes histórico-estruturais concretos para “[...] a vontade política do coletivo profissional, que passa a ser superestimada, correndo-se o risco de diluir a profissionalização na militância *stricto sensu*” (Iamamoto, 2008, p. 417). Outro desafio é trazer o exercício profissional cotidiano do (a) assistente social para o centro do debate coletivo no âmbito da profissão e para a agenda da pesquisa e produção acadêmica da área (Iamamoto, 2008). Ademais, a compreensão do exercício profissional do (a) assistente social não pode distanciar-se das perdas decisivas vividas nas conquistas históricas pela classe trabalhadora, em prol das quais atua mediando o acesso às condições necessárias para a materialização de direitos sociais.

A totalidade desses elementos vem impactando as configurações do exercício profissional do (a) assistente social, delimitando particularidades nos diversos espaços sócio-ocupacionais nos quais o (a) profissional se insere em um contexto marcado, contraditoriamente, pela luta em prol da efetivação do projeto ético-político profissional, na contramão dos ditames do capital fetiche de orientação neoliberal que traduzem o projeto societário hegemônico vigente, o qual subjuga e adocece os (as) trabalhadores (as) em prol da produção de mais-valia. Nesse contexto, apesar das inúmeras evidências de que as condições de trabalho na atualidade geram adoecimento mental nos trabalhadores, as produções teóricas que tomam o Serviço Social enquanto objeto de estudo e pesquisa precisam ser ampliadas, pois:

[...] A falta de enfrentamento das situações de trabalho que geram um processo de adoecimento físico e mental nos trabalhadores está relacionada com as atuais formas de organização financeira e produtiva, a implementação de novos mecanismos de gestão e a maneira como as avançadas tecnologias são utilizadas. [...] O trabalho na atualidade passou a exigir um maior envolvimento da subjetividade dos trabalhadores. Nesse contexto, o cotidiano laboral vem se caracterizando pela contradição entre discursos gerenciais bastante sedutores e práticas extremamente exigentes que tendem a enfraquecer a organização coletiva (Souza; Bernardo, 2019, p. 02).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O projeto ético-político profissional do Serviço Social é fruto “da organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política, construído no embate entre distintos projetos de sociedade que se refratam no seu interior” (Iamamoto, 2008, p. 224). Se materializa em diferentes dimensões do universo da profissão: a) nos seus instrumentos legais; b) nas expressões e manifestações coletivas da categoria; c) nas articulações com outras entidades de Serviço Social, em nível latino-americano e internacional; d) no trabalho desenvolvido nos diferentes espaços sócio-ocupacionais; e, e) no ensino universitário (Iamamoto, 2008). Não obstante a isso, “o processamento do trabalho de assistentes sociais está se realizando cada vez mais em meio à violência e em condições precárias (de contratos, de salários e de meios) e as queixas de sofrimento têm sido cada vez mais frequentes” (Vicente, 2015, p. 563).

Diante disso, reforça-se que o projeto ético-político profissional do Serviço Social é fruto “da organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política, construído no embate entre distintos projetos de sociedade que se refratam no seu interior” (Iamamoto, 2008, p. 224). Para tanto, o trabalho profissional dos (as) assistentes sociais, deve:

Orientar-se para a superação da cultura histórica do pragmatismo e das ações improvisadas, de controle e disciplinarização de condutas, da reprodução de posturas conservadoras, moralizadoras e preconceituosas frente aos diferentes grupos com os quais trabalham: mulheres, comunidades LGBTI, jovens negros e negras moradores/as das periferias das cidades, rompendo com visões que naturalizam ou criminalizam a pobreza e com as variadas formas de discriminação, violência e violação de direitos da classe trabalhadora, sobretudo de seus grupos mais subalternizados (Raichelis, 2020, p. 38).

Pode-se inferir também que o trabalho de assistentes sociais, como profissão inserida na divisão social, técnica (e sexual) do trabalho, “[...] sofre transformações em seu processamento, alterando significados e conteúdos, com consequências deletérias na vida e na saúde de profissionais, em virtude das exigências colocadas no cotidiano da profissão” (Vicente, 2015, p. 563). Diante disso, faz-se necessário que os/as assistentes sociais, juntamente com os/as demais trabalhadores (as) possam insurgir-se coletivamente contra as estratégias de intensificação do trabalho e resistir ao mero produtivismo institucional, que contribui para a alienação do (a) trabalhador (a). Tal processo, implica o/a assistente social como intelectual capaz de desvendar criticamente a realidade e os processos de trabalho nos quais se insere (Raichelis, 2020).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Acredita-se que a articulação profissional coletiva e intersetorial da categoria profissional na proteção e defesa da vida humana, com outras áreas e organizações, possa ser sinalizada como caminho possível, resgatando-se o trabalho de base com os/as usuários (as) dos serviços, em uma ação política e pedagógica, das múltiplas destituições e da insuficiência de respostas do Estado e das políticas públicas às necessidades e direitos da classe trabalhadora (Raichelis, 2020). Ressaltando que o trabalho de base aqui referenciado é educativo na direção de uma reflexão crítica sobre as condições deste processo, mas, também, autoeducativa, na mesma proporção enquanto o profissional, e também trabalhador, é atravessado pelas mesmas questões em que se situam os usuários dos serviços.

Em pesquisa realizada por Vicente (2016, p. 567) identificou-se que o “prazer em realizar o trabalho também surgiu nas falas das assistentes sociais e estava referido a momentos de planejamento conjunto do trabalho, à articulação da equipe, ao desenvolvimento de ações na direção da garantia de direitos da população”, destacando-se, principalmente, a autonomia, ainda que relativa, quando esta era respeitada por chefias e colegas de equipe. Essa posição, para além do reconhecimento da condição de trabalhador e, portanto, de relativa igualdade no processo de precarização, não é reforço de um discurso de aparente redução de desigualdades.

O que se pretende indicar é que os processos da nova morfologia do trabalho, cada vez mais opressores e alienantes, reduzem a cada dia, os/as trabalhadores (as) a uma massa de objetos à disposição do capital, fragmentados pela regulação do mercado (autodenominado de livre), e lesados em sua integralidade enquanto sujeitos, isto é, são destituídos de todos os direitos trabalhistas, previdenciários e das condições de trabalho profissional. Nesse sentido, conforme Zgiet (2009), ao tratar de saúde mental é necessário deslocar o objeto de estudo da “doença” para a “existência de sofrimento dos pacientes”.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, p. 211-239, jan./abr., 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998. 155 p.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. Coimbra: CES/Almedina, 2013.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. Entrevista com Ricardo Antunes [maio.jun.jul.ago. 2016] Recife: **Revista Coletiva**. Entrevista concedida à Marcelo Robalinho e Simone Wolff. Disponível em: <<https://www.coletiva.org/entrevista-dossie-precarizacao-e-trabalho-n19-com-o-sociologo-do-trabalho-ricardo-antunes>>. Acesso em: 22 de ago. 2024.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL. Proposta básica para o projeto de formação profissional. O Serviço Social no Século 21: **Rev. Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 50, ano 27, abr. 1996, p. 143-171.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Reforma sanitária e projeto ético-político do Serviço Social: elementos para o debate. 2006, 22 p. In: MOTA, Ana Elisabete, et al. (Orgs.) **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Organização Pan-Americana de Saúde. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-3.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2008.

CAMARGO, Marisa. Configurações do trabalho do assistente social na atenção primária do Sistema Único de Saúde (SUS). **Projeto de Tese de Doutorado em Serviço Social**. Porto Alegre, 2013. 52 p.

_____. **Configurações do processo de trabalho em que participa o assistente social na saúde coletiva no espaço sócio-ocupacional da atenção básica**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

_____. **O trabalho do assistente social na atenção primária em saúde no século XXI**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. 206 p.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5.ed. ampliada. Tradução Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez Oboré, 1992.

FERNANDES, Márcia Astrês *et al.*. Adoecimento mental e as relações com o trabalho: estudo com trabalhadores portadores de transtorno mental. **Rev. Bras. Med. Trab.** 2018; 16 (3): p. 277-286. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-966063>>. Acesso em 02 mai. 2020.

HOLZMANN, Lorena. Processo de trabalho II. 2006, p. 209-212. In: CATTANI, David Antonio; HOLZMANN, Lorena (Orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 358 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 495 p.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. 41 p. *In*: CFESS/ABEPSS. Conselho Federal de Serviço Social/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MARX, Karl. **O capital**. Coimbra: 1974, vol. 1. Traduzido por J. Teixeira Martins e Vital Moreira. HTML por José Braz para Marxists Internet Archive, 2005. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/index.htm>>. Acesso em: 02 de dez. de 2009.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Vol. 1, livro 1, 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 334 p.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. 2009. 38 p. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

RAICHELIS, Raquel. 2020, cap. 1, p. 11-42. *In*: CEFSS. Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**, vol. 2, 2020, 119 p. Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional (Cofi/CFESS) (Org.): Solange Moreira (coordenadora), Daniela Möller, Jane Nagaoka, Magali Régis, Mariana Furtado, Neimy Batista, Tânia Diniz.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 12. ed. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

SOUZA, Heloisa Aparecida; BERNARDO, Marcia Hespanhol. Prevenção de adoecimento mental relacionado ao trabalho: a práxis de profissionais do Sistema Único de Saúde comprometidos com a saúde do trabalhador. **Rev. Bras. Saúde Ocup.** 2019; n. 44, 8 p. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbso/v44/2317-6369-rbso-44-e26.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2020.

VICENTE, Damares. Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 562-581, jul./set. 2015.

ZGIET, Jamila. Saúde mental: em busca de um conceito. *In*: **Rev. Ser Social**, Brasília, v. 11, n. 25, jul./dez. 2009, p. 177-193.